



Sumário

Conhecimentos Gerais

Fundamentos teóricos metodológicos da Proposta Curricular de Santa Catarina. Percursos formativos e a estruturação do trabalho pedagógico.	1
Diversidade como princípio formativo.	1
Legislação da Educação Básica.	19
Avaliação da aprendizagem.	19

Referências

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	1
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 4/2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.	27
SANTA CATARINA. Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. Florianópolis: SED, 2014, p. 23-90.	43
SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Resolução n. 183, de 19 de novembro de 2013. Estabelece diretrizes operacionais para avaliação do processo ensino-aprendizagem.	74
SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: disciplinas curriculares. Florianópolis: COGEN, 1998.	79
SANTA CATARINA. Plano Estadual de Educação (decênio 2015-2024): Lei Nº 16.794, de 14 de dezembro 2015.	183

Conhecimentos Específicos

Políticas Públicas para a Educação Especial: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.	1
Política de Educação Especial de Santa Catarina e Programa Pedagógico da Política de Educação Especial.	10
A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação.	49
O funcionamento do programa de atendimento a alunos com altas habilidades/superdotação.	53
A escola atual e o atendimento aos alunos com altas habilidades/superdotação.	59
Estratégias de identificação do aluno com altas habilidades/superdotação.	61
Altas Habilidades: revendo concepções e conceitos.	63
Resolução nº 100/2016/CEE.	65

Referência básica para todos os candidatos da Área de Educação Especial

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.	68
BRASIL. Decreto n. 5.626/2005. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras).	68
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº.13/2009. Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.	75
BRASIL. Decreto n. 7.611/2011. Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.	78
BRASIL. Lei n. 12.764/2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.	82
BRASIL. Lei n. 13.146/2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	83
BRASIL. Lei 16.036/2013. Institui a Política Estadual de Proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista.	115
SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: Quem são os sujeitos da diversidade. 2014. P. 56-72.	117
Resolução nº 100/2016/CEE. Estabelece normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina.	117